



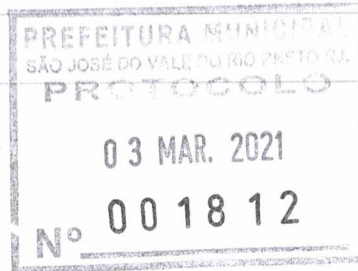
Secretaria de Administração <admlicitriopreto@gmail.com>

PP 012/2021 - Impugnação

1 mensagem

Licitacao <licitacao1@zagonel.com.br>

Para: "admlicitriopreto@gmail.com" <admlicitriopreto@gmail.com>



3 de março de 2021 10:09

Bom dia Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, nos servimos deste para respeitosamente, encaminhar Impugnação ao edital de Pregão Presencial nº 012/2021.

Considerando a situação emergencial de saúde pública que vivência o País decorrente do Coronavírus (COVID-19), que afeta de sobremaneira a operação de serviços não essenciais e respectivamente o contingenciamento da mão-de-obra a nível Nacional, se mostra imperioso que a presente impugnação seja aceita exclusivamente por meio eletrônico (e-mail).

Ainda, é de suma salientar que o excesso de formalismo não pode ir de encontro ao Princípios basilares do direito Administrativo, senão o da Legalidade, ampla concorrência e da vantajosidade, o que ocorre ao não aceitar as impugnação, que não sejam protocoladas perante o departamento de Compras e Licitações do município, visto que acaba por impedir que os interessados que residem em outros Municípios e Estados, possam exercer o direito assegurado na Lei 8.666/93.

Vale lembrar ainda que a doutrina abalizada entende que não existem regras formais sobre o modo de encaminhamento da impugnação e o que o direito de petição do particular, poderá ser exercido por qualquer via, não podendo a Administração se recusar a receber impugnação formulada por escrito de forma tempestiva(...). (TCU, Acórdão nº 2.632/2008 – Plenário, Rel Min. Marcos Bemquerer Costa, julgado em 19.11.2008.) (g.n)

Deste modo, importante observar que a impugnante está localizada na cidade de Pinhalzinho, Santa Catarina.

Assim sendo, solicitamos que a presente impugnação ao edital seja recebida e acatada na forma eletrônica, preservando nosso direito líquido e certo de participar desta licitação em igualdade de condições com todos os demais proponentes e interessados.

Certa de vossa compreensão, desde já agradecemos e ficamos no aguardo da confirmação de recebimento.

Atenciosamente,

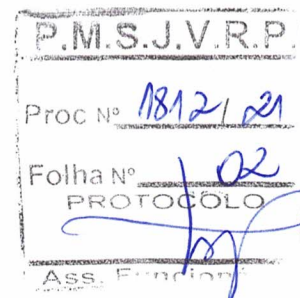


3 anexos

Impugnação de São José do Vale do Rio Preto SP.pdf
2831K

18ª - CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADA.pdf
1163K

PROCURAÇÃO COM CHAVE 22.02.2021.pdf
654K



Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, Equipe de Apoio e Procurador da Prefeitura
Municipal de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro

Edital de Pregão Presencial nº 012/2021

Objeto: "Aquisição de material específico de eletricidade para atender as atividades de manutenção corretiva e preventiva de iluminação pública para atendimento da Secretaria de Obras Públicas, urbanização e transportes."

ELETRO ZAGONEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 282, Km 576, Distrito Industrial Pinhal Leste, Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.365.223/0001-54, vem tempestivamente apresentar,

IMPUGNAÇÃO

ao edital em epígrafe, com fulcro no parágrafo 2º do artigo 41 da Lei nº 8.666/93, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I - DA LEGALIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.

Considerando que o pedido de "Impugnação ao Edital" é o ato de contestar as cláusulas editalícias que divergem dos princípios constitucionais e basilares contidos no ato convocatório, tendo como amparo legal tão somente na legislação vigente, artigo 12º do Decreto nº. 3.555 de 08 de agosto de 2000, que institui normas para licitações e contratos, artigo este que além de trazer a formalidade do direito à impugnação, também traz a formalidade quanto ao prazo tempestivo, senão vejamos:

Página 1 de 11

49 3366 6000

www.zagonel.com.br

Eletro Zagonel LTDA.

CNPJ: 81.365.223/0001-54

BR 282, KM 576 - Distrito Industrial Pinhal Leste - Pinhalzinho/SC - 89.870-000

Proc.º 181721

Folha Nº 03
PROTOCOLO

Decreto nº. 3.555/2000

Art. 12º Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, **qualquer pessoa poderá** solicitar esclarecimentos, providências ou **impugnar o ato convocatório do pregão.**

§ 1º **Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.**

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Grifo nosso.

Desta forma, a sessão pública do processo licitatório em tela está prevista para o dia **09 de Março de 2021**, e o prazo máximo para apresentação de impugnação finda-se no dia **05 de Março de 2021**, o que torna a presente, tempestiva.

II- DOS MOTIVOS E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

Ao realizar a análise das cláusulas e condições para participação no pleito em tela, **identificamos pontos que geram incertezas**, merecedores de análise e revisão por esta ilustre Administração.

Com objetivo de trazer maior clareza na execução deste processo licitatório, a fim de que se cumpra os Princípios Administrativos basilares, indispensável se faz a atenção aos preceitos trazidos pela Constituição Federal, bem como pela Lei nº 8.666/93 que norteia as normas acerca dos procedimentos licitatórios.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 37º A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**

Grifo nosso.

Assim, visando o fiel cumprimento do Princípio da Legalidade e dos demais Princípios correlatos, as normas que regem o procedimento licitatório devem ser cumpridas de objetiva, principalmente no que se refere às diretrizes voltadas para a realização da lisura de um processo que seja garantido seu caráter competitivo, e que vede a inclusão de condições que possam vir a frustrar esta competitividade, conforme preconiza o artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º, § 1º É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º ao 12º deste artigo e no Art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Grifo nosso.

Nesse sentido temos ainda que:

A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação. (Acórdão 2407/2006, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler)

Grifo nosso.

Sendo assim esta impugnação não visa apontar erros ou equívocos, mas sim oportunizar que esta Administração não infrinja o Princípio basilares Administrativos, especialmente aos Princípios da **Ampla Concorrência, Legalidade e da Igualdade**.

Assim sendo, deste ponto em diante iremos transcorrer com nossos apontamentos a respeito das especificações merecedoras de análise e revisão, as quais referem-se:

1. Da Exclusividade do LED SMD;
2. Da Potência Máxima;
3. Da Vida útil do LED;
4. Da Proteção contra Impactos Mecânicos (IK);
5. Do Registro Inmetro.

1. DA EXCLUSIVIDADE DO LED COM TECNOLOGIA SMD

Ao discorrer as características técnicas das luminárias de LED no edital licitatório, denota-se a exigência de luminárias em LED SMD.

Todavia, referida exigência, se mostra totalmente descabida e desarrazoada, visto que a tecnologia SMD E COB, tratam-se de conceitos de fabricação distintos, não



podendo afirmar em hipótese alguma que um item é superior ao outro, visto que o mesmo fabricante que produz um LED SMD, é o mesmo que produz LED COB.

Além disso, é imprescindível saber que o que realmente influencia na qualidade do LED é a condição em que a luminária é fabricada, os itens utilizados, e principalmente o uso de LEDs que são desenvolvidos por fabricantes de renome mundial; não cabendo assim, este sendo de julgamento, que possui como justificativa, argumentos sem qualquer fundamento.

Ainda, frisa-se que o LED COB também possui internamente LEDs associados em série e paralelo bem como os SMDs de algumas luminárias. Desta forma, também podem existir falhas em alguns LEDs internos ao COB e o restante continuar em perfeito funcionamento.

Outrossim, é de suma salientar que o circuito que alimenta os LEDs COB da fabricante Zagonel, por exemplo, possuem controle de corrente elétrica; permitindo assim uma enorme qualidade de energia o LED e garante que o LED COB atenda a vida útil projetada.

No mesmo passo, o gerenciamento térmico do LED COB está condicionado a qualidade e capacidade do fabricante em atender todos os requisitos térmicos e produtivos para que este LED esteja sempre em temperaturas inferiores as ensaiadas no procedimento LM80. Com um gerenciamento térmico adequado a vida útil será igual ou superior a projetada.

Além disso não se pode olvidar que o LED SMD possui suas limitações se o produto produzido com LED SMD se utilizar de uma placa de circuito com baixa condutividade térmica, este terá a vida útil do seu LED comprometida também.

Por esta razão, diante de todo o exposto, claro se mostra que a indicação da vedação a uma tecnologia de LED, é totalmente equivocada e injustificável, buscando tão somente ceifar a competitividade e ampla concorrência do certame.

Ademais, a Associação Brasileira da Indústria de Iluminação – ABILUX, em sua cartilha que versa sobre orientações gerais para usuários sobre luminárias de LED, fornece as informações mínimas a serem utilizadas em licitação que definem a escolha de um bom produto, com qualidade e garantia não faz nenhum tipo de restrição ou vedação a utilização de tecnologias do tipo COB ou SMD.

Corroborando a isso, Com a intenção de sanar todas as dúvidas com relação a tecnologia de encapsulamento tipo C.O.B (Chip On Board), para aplicação na iluminação pública, apresenta-se também os demais documentos anexos que aduzem acerca do LED tipo C.O.B como uma perfeita opção em iluminação pública, assim temos:

ANEXO I – MEMORANDO DO LABORATÓRIO GEDRE

O memorando é assinado pelo doutor em Engenharia, *Marco Antônio Dalla Costa*, que é professor responsável pelo GEDRE, laboratório da Universidade Federal de Santa Maria, especializado em inteligência em iluminação.

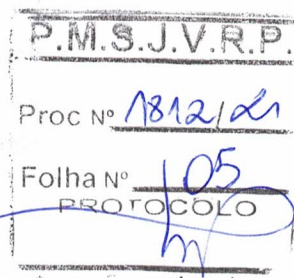
Em linhas gerais o professor nos traz em seu memorando que a escolha da tecnologia não é responsável nem pela vida útil do produto e nem por sua eficiência. O que define a vida útil e eficiência do produto são as condições de uso, que são projetadas e posteriormente verificadas, podendo ser alcançadas satisfatoriamente tanto no led C.O.B quanto no S.M.D.

ANEXO II – INFORMATIVO CREE

O informativo é assinado por *Edward Steinke*, engenheiro de aplicação da **CREE, que é fabricante mundial de LEDs para aplicação de iluminação pública, tanto na tecnologia SMD quanto COB**, sendo inclusive detentora de umas das cadeiras que revisam a normativa LM80.

O informativo destrói as justificativas falaciosas e incorretas contra a utilização do C.O.B para aplicação de iluminação pública, tais como:

- 1) Prejuízo no gerenciamento térmico.
- 2) Rápida depreciação lumínica.
- 3) Dífícil controle de ofuscamento.
- 4) Facho direcionado e pontual.
- 5) Incompatibilidade química.



ANEXO III – RELATÓRIO DE ENSAIO, REALIZADO PELA CREE, DO PRODUTO ZAGONEL

Nesse documento a CREE, fabricante mundial de LEDs, SMD e COB, traz os resultados obtidos em seu laboratório oficial (TEMPO), localizado na cidade de Durham

na Carolina do Norte, de um dos produtos de iluminação pública da Zagonel que utiliza a tecnologia COB. O relatório é assinado por Calvin Galberth, gerente de engenharia aplicada da CREE.

ANEXO IV – ARTIGO CREE: “Possibilitando projetos de alta eficiência para iluminação viária com led CREE”

Nesse artigo a CREE mostra o desenvolvimento de um produto conceito para iluminação pública com 172 lm/W efetivos, utilizando LED COB sob a seguinte justificativa:

“Cree’s ceramic-based XLamp® chip-on-board (COB) LEDs (CXA2 Family) were chosen for this design because they offer the right combination of efficacy, light output and affordability”

Em uma tradução livre, a CREE escolheu o led COB por oferecerem a combinação certa de eficácia, fluxo luminoso e acessibilidade.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATERRAMENTO

Essa declaração é um documento da própria Zagonel que traz detalhes sobre as condições de aterramento do produto e como se relaciona com a garantia contra defeitos de fabricação.

É oportuno citar que o sistema de distribuição secundário de energia é normalizado com sistema estrela com neutro firmemente aterrado, ou seja, todos os transformadores têm neutro e instalações de medições com neutro firmemente aterrado, além de aterramento de para-raios em e é comum entre postes padronizados.

Sendo assim, a restrição de competição de um tipo de tecnologia sem o devido fundamento técnico legal e condizente mostra-se contrário e ilegal, conforme vê-se:

A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação. (Acórdão 2407/2006, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler)

Grifo nosso

Diante do exposto, o ato convocatório deve ser reanálise a fim de que seja aceito luminárias com tecnologias que se utilizam de LED de todos os tipos, sendo SMD e COB, visando o atendimento da ampla concorrência e a aquisição de um produto de alta qualidade, e que atenda os interesses da Administração.

2. DA POTÊNCIA MÁXIMA

Em análise ao ato convocatório, denota-se que o mesmo requer luminária publica de LED de 50W, 100W, 200W, todas com fluxos respectivos de 6.296 lúmens, 12.207 lúmens e de 25.420 lúmens.

Todavia, insta salientar que os referidos fluxos desejados são atendidos pela grande maioria dos fabricantes, por luminárias de potencias inferiores, representando assim a mesma qualidade e eficiência requeridos, porém com um consumo inferior de energia.

Por esta razão, imprescindível se faz a parametrização da potência máxima exigida (Exemplo: Potência Máxima de 200W), a fim de que licitantes com produtos de qualidade e eficiência igual ou superior a exigida, mas com potência mais baixa (menos consumo de energia), possam ofertar seus produtos, cumprindo assim os Princípios basilares da Competitividade, Ampla Concorrência, Proposta Mais Vantajosa, Economicidade, entre outros.

3. DA VIDA ÚTIL DO LED

Em análise as especificações das luminárias, denota-se que a mesma aduz a vida útil do LED de 100.000 horas.

Entretanto a referida exigência encontra-se confusa e desarrazoada, vez que a normativa vigente, Portaria nº 20/2017 INMETRO, determina 50.000h para o atendimento deste requisito, conforme vê-se:

B.6.3.2 A conformidade deste item é verificada se a temperatura medida de (tc) for menor ou igual ao valor de temperatura garantida e especificada pelo fabricante do controlador de LED que garanta uma expectativa de vida mínima de 50 000 h.

P.M.S.J.V.R.P.

Proc Nº 1312/21

Folha Nº 06

PROTÓCOLO

Ass. F. 2021

Tabela 7 – Requisitos de manutenção de fluxo luminoso para a luminária com tecnologia LED

Vida nominal declarada	Manutenção do fluxo luminoso mínima a 6 000 h
50 000 h	95,8 %

Grifo nosso.

Assim, como sabido a comprovação da vida útil do LED se dá através do Ensaio LM-80, que é emitido emitida pelo fabricante do LED, e que está amparado pela legalidade na **Portaria nº. 20 do Inmetro**, item B.6.2 – Manutenção do Fluxo Luminoso da Luminária, acompanhada da sua tradução juramentada, conforme regulamenta o Código de Processo Civil quando se tratar de documentos de origem estrangeira.

Portaria nº. 20/2017 – Inmetro

B.6.2.1 Opção 1: Desempenho do Componente LED

B.6.2.1.1 A opção do desempenho do componente LED, permite ao fabricante demonstrar a conformidade com os requisitos de manutenção do fluxo luminoso fornecendo o ISTMT (conforme descrito no Apêndice B1), o relatório referente aos ensaios de manutenção de fluxo luminoso de acordo com a LM-80 para o LED utilizado na luminária e o cálculo da manutenção de fluxo luminoso projetado conforme TM-21.

Grifo Nosso.

Desta forma, em atendimento à L70, onde a perda de luminosidade do LED, poderá ocorrer após o mínimo de 50.000 horas de atividade e não deverá ser inferior à 70% de sua totalidade, logo, após este período de funcionamento, o LED não poderá perder mais do que 30% da luminosidade.

Tabela 6 – Opção 1 TM-21 Requisitos de Manutenção de Fluxo Luminoso Projetado

Ponto final projetado	Manutenção de fluxo exigido para produtos de 50 000 h
36 000 h	> 77,35 %
38 500 h	> 75,98 %
42 000 h	> 74,11 %
44 000 h	> 73,06 %
48 000 h	> 71,01 %
49 500 h	> 70,75 %
50 000 h	> 70,00 %

Grifo Nosso.

Ainda, há de se considerar que a comprovação da vida útil do LED se dá através da apresentação da LM-80, que deverá ser **apresentada em tradução juramentada**, conforme legislação vigente:

Art. 192 CPC - Parágrafo único. O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

Diante dos apontamentos, se faz de suma importância a realização da padronização da vida útil do LED para 50.000 horas, visando o atendimento ao disciplinado na norma, bem como a garantia dos Princípio norteadores ao Processo Licitatório.

Ou, se caso não for este o entendimento, que a Administração indique quantas e quais marcas possuem luminárias com vida útil do LED de 100.000 horas, considerando os Princípios da competitividade e ampla concorrência.

4. DA PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECANICOS (IK)

Há que se considerar ainda, no que tange ao edital em tela, que o Índice de proteção contra impactos mecânicos (IK) solicitado para as luminárias LED, é o IK 09.

Todavia, como é de pleno conhecimento, a portaria nº 20/2017 INMETRO, estipula o grau de IK08, que é justamente, o grau de proteção oferecido pela grande maioria dos fabricantes nacionais e renomadas empresas do segmento.

A.9.4 Proteção contra impactos mecânicos externos

As luminárias devem possuir uma resistência aos impactos mecânicos externos correspondente, no mínimo, ao grau de proteção IK08, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262. Após a aplicação dos impactos, as amostras não devem apresentar quebras ou trincas ao longo de sua estrutura.

Grifo Nosso.

Portanto, para que obtenha a segurança jurídica que é assegurada, pelo mínimo do desempenho e da segurança, deverá solicitar, conforme a normativa vigente, o mínimo do Grau de Proteção contra Impactos Mecânicos IK08.

Ou, caso não for este o entendimento, que esta D. Comissão, indique quantas e quais marcas atendem a referida exigência?

P.M.S.J.V.R.P.
PROC Nº 1812/21
Folha Nº 07
PROTOCOLO
Ass. F. P.

5. DO REGISTRO INMETRO

Como é de conhecimento notório, a Portaria nº 20 do Inmetro aduz as normas as características mínimas de qualidade e segurança das luminárias de LED, as quais devem obter seu registro ativo junto ao Inmetro.

Desta forma, se faz de suma importância, a solicitação do registro do Inmetro das luminárias, haja vista que referida exigência traz para a Administração total segurança jurídica e a certeza da aquisição de produtos com qualidade comprovada, devendo assim, complementar o descritivo do item e incluir os ensaios supracitados de forma anexa a proposta de preços no ato convocatório.

Sendo assim, necessário se faz a apresentação do registro das luminárias no Inmetro das luminárias, a fim de que a Administração se resguarde de que está a adquirir um produto que realmente tende a todas as características mínimas exigidas, garantindo assim maior celeridade e eficiência da aquisição das luminárias.

III- DO PEDIDO

Por todo exposto, resta claro a necessidade desta municipalidade adequar as especificações técnicas do produto/ Termo de Referência, constando as especificações de acordo com as normas vigentes.

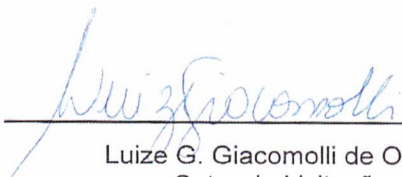
Assim, para que não se consolide um processo licitatório com vícios e consequentemente traduza para uma decisão equivocada, podendo trazer prejuízos para esta Administração, esta **Impugnante**, requer que seja:

- ♦ Acatado nossos apontamentos, a fim do solicitado estar em consonância a norma;
- ♦ Realizado todos os ajustes legais e cabíveis no ato convocatório em tela diante de todos os vícios apontados.

E, é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que esperamos a total procedência dos pedidos expostos.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Pinhalzinho/SC, 03 de Março de 2021.


Luiz G. Giacomolli de Oliveira
Setor de Licitações
Eletro Zagonel LTDA.

81.365.223/0001-54
ELETRO ZAGONEL LTDA
Rodovia BR 282, Km 576
DISTRITO INDUSTRIAL PINHAL LESTE
CEP 89870-000
PINHALZINHO - SC

P.M.S.J.V.R.P.
Proc N° 1812/21
Folha N° 08
PROTOCOLADO
Ass. Flórida

Página 11 de 11

ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=13qkyl-T55kixpuofzaPa&chave2=Ug8cwsph-ckGj5CvuirA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 07541874973-RODRIGO ZAGONEL|57567875934-ROBERTO ZAGONEL|02042895997-JOAO BATISTA SCHERNIER

Pelo presente instrumento particular:

1. **ROBERTO ZAGONEL**, de nacionalidade brasileira, nascido em 01/09/1966, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.839.342-0, órgão emissor SSP/SC, e do CPF nº 575.678.759-34, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, nº 339, 1º andar, Centro, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89870-000;

Único Sócio componente da sociedade **ELETRO ZAGONEL LTDA.**, sociedade empresária que adota a forma jurídica de **Sociedade Limitada**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42201170684, em sessão de 20/06/1989, inscrita no CNPJ sob o nº 81.365.223/0001-54, com sede na Rodovia BR 282, KM 576, s/nº, Distrito Industrial Pinhal Leste, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89.870-000, e o Sócio Ingressante:

2. **RODRIGO ZAGONEL**, de nacionalidade brasileira, nascido em 01/08/1991, solteiro, empresário, portador da carteira nacional de habilitação (CNH) nº 04842222965, órgão emissor DETRAN-SC, expedida em 17/09/2019, na qual consta a cédula de identidade nº 4734435 SSP SC e do CPF nº 075.418.749-73, residente e domiciliado na Avenida Belo Horizonte, nº 963, ap. 504, Bairro Centro, cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89870-000;

RESOLVEM, de pleno e comum acordo, dispensada a Convocação e a Reunião de Quotistas, nos termos do artigo 1.072, §§2º e 3º, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), *alterar, reorganizar e consolidar* o contrato social, fazendo-o mediante as cláusulas e condições abaixo dispostas:

I – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E DO INGRESSO DE SÓCIO:

I.1 – A sociedade **ELETRO ZAGONEL S.A.**, detentora de 36.095.979 (trinta e seis milhões e noventa e cinco mil, com novecentas e setenta e nove) quotas de participação, de R\$ 1,00 cada, vêm ceder e transferir, por ato **oneroso**, a quantidade de 2.090.921 (duas milhões e noventa mil, com novecentas e vinte e uma) quotas ao sócio Sr. **ROBERTO ZAGONEL**, já qualificado, o qual promete à cedente que o pagamento se dará em até 120 (cento e vinte) meses do ato de ingresso na sociedade, comprometendo-se a cedente a disponibilizar recibo devidamente formalizado.

I.2 – A sociedade **ELETRO ZAGONEL S.A.**, restando detentora de 34.005.058 (trinta e quatro milhões e cinco mil, com cinquenta e oito) quotas de participação, de R\$ 1,00 cada, vêm ceder e transferir, por ato **oneroso**, a quantidade de 836.373 (oitocentas e



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

17/02/2021

P.M.S.J.V.R.P.

Proc Nº 1812/21

Folha Nº 09

PROTOCOLO

ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

trinta e seis mil, trezentas e setenta e três) quotas ao sócio ingressante Sr. **RODRIGO ZAGONEL**, já qualificado, o qual promete à cedente que o pagamento se dará em até 120 (cento e vinte meses) deste ato, comprometendo-se a cedente a disponibilizar recibo devidamente formalizado.

I.3 – O Sócio Ingressante declara conhecer a situação jurídica da sociedade e, a partir desta data, sub-roga-se em todos os direitos e obrigações decorrentes da sua condição de Sócio, na forma da legislação vigente.

I.4 – Em face das alterações supra, a “Cláusula Sexta” do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Sexta: *O Capital Social da Sociedade é de R\$36.095.990,00 (trinta e seis milhões e noventa e cinco mil com novecentos e noventa reais), dividido em 36.095.990,00 (trinta e seis milhões e noventa e cinco mil com novecentas e noventa), quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, distribuído entre os sócios da seguinte maneira:*

Quotistas	Nº Quotas	Valor Unitário (R\$)	Capital (R\$)	%
ROBERTO ZAGONEL	2.090.932	1,00	2.090.932,00	5,79
RODRIGO ZAGONEL	836.373	1,00	836.373,00	2,32
QUOTAS EM TESOURARIA	33.168.685	1,00	33.168.685,00	91,89
TOTAL	36.095.990		36.095.990,00	100,00

II – DA ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

II.1 – A sociedade passa a admitir em seus quadros diretivos, o sócio **RODRIGO ZAGONEL, já qualificado, como sócio administrador, passando o *caput* da “Cláusula Décima Primeira” do Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:**

Cláusula Décima Primeira: *A sociedade é administrada pelos Sócios Administradores **ROBERTO ZAGONEL** e **RODRIGO ZAGONEL**, ambos já qualificados, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais isoladamente, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir*



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54
NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos demais sócios. Ficam os Administradores aqui designados, dispensados de caução.

III. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

III.1 – Em virtude das alterações e deliberações acima, os Sócios resolvem alterar, reorganizar e consolidar o Contrato Social, passando a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54
NIRE 42201170684

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Sócios:

- 1. ROBERTO ZAGONEL**, de nacionalidade brasileira, nascido em 01/09/1966, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.839.342-0, órgão emissor SSP/SC, e do CPF nº 575.678.759-34, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, nº 339, 1º andar, Centro, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89870-000;
- 2. RODRIGO ZAGONEL**, de nacionalidade brasileira, nascido em 01/08/1991, solteiro, empresário, portador da carteira nacional de habilitação (CNH) nº 04842222965, órgão emissor DETRAN-SC, expedida em 17/09/2019, na qual consta a cédula de identidade nº 4734435 SSP SC e do CPF nº 075.418.749-73, residente e domiciliado na Avenida Belo Horizonte, nº 963, ap. 504, Bairro Centro, cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina;

Sócios componentes da sociedade **ELETRO ZAGONEL LTDA.**, sociedade empresária que adota a forma jurídica de **Sociedade Limitada**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42201170684, em sessão de 20/06/1969, inscrita no CNPJ sob o nº 81.365.223/0001-54, com sede na Rodovia BR 282, KM 576, s/nº, Distrito Industrial Pinhal Leste, CEP 89870-000, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, regendo-se pelas normas inerentes a este tipo societário conforme a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e na sua omissão e no que lhe for aplicável, pelas normas



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

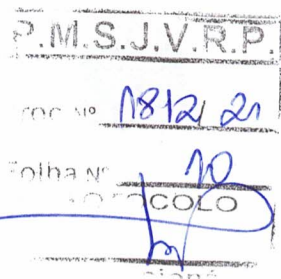
Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/02/2021



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54
NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), **RESOLVEM** consolidar o seu Contrato Social, fazendo-o mediante as cláusulas e condições abaixo dispostas:

Da Responsabilidade:

Cláusula Primeira: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Parágrafo Único - A responsabilidade técnica, quando exigida pela legislação vigente, ficará a cargo de profissional legalmente habilitado, sócio quotista ou não.

Da Denominação Empresarial:

Cláusula Segunda: Sob o nome empresarial de **ELETRO ZAGONEL LTDA.**, é uma sociedade empresária limitada que é regida por este Contrato Social, pela Lei 10.406/2002 (Código Civil) e supletivamente pela Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Da Sede e Foro Jurídico:

Cláusula Terceira: A sociedade tem sua sede na Rodovia BR 282, KM 576, s/nº, Distrito Industrial Pinhal Leste, na cidade de Pinhalzinho/SC, CEP: 89870-000, e seu Foro Jurídico a Comarca de Pinhalzinho/SC.

Parágrafo Único – A Sociedade atualmente não possui filial, mas poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, em qualquer parte do território nacional e também do exterior, mediante deliberação em reunião de sócios convocada pelos administradores e aprovada por maioria do Capital.

Do Início das atividades e prazo de duração:

Cláusula Quarta: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de julho de 1989 e sua duração é por tempo indeterminado.

Do Objeto Social

Cláusula Quinta: A sociedade terá como objetivo a exploração do ramo de: **CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS NA LINHA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA E ILUMINAÇÃO LED; FABRICAÇÃO DE APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA AQUECIMENTO DE ÁGUA; IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA NA LINHA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA E ILUMINAÇÃO LED; EXPORTAÇÃO NA LINHA DE**



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

AQUECIMENTO DE ÁGUA E ILUMINAÇÃO LED ; FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO; PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL; SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA; FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS; FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL DE METALÚRGICA E INJEÇÃO; FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS; FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E APARELHOS ELÉTRICOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE INJEÇÃO; FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO; ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; ALUGUEL DE LUMINÁRIAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO DE SUA PRODUÇÃO.

Do Patrimônio e sua Realização

Cláusula Sexta: O Capital Social da Sociedade é de R\$ 36.095.990,00 (trinta e seis milhões, noventa e cinco mil, novecentos e noventa reais), dividido em 36.095.990,00 (trinta e seis milhões, noventa e cinco mil, novecentas e noventa quotas), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Quotistas	Nº Quotas	Valor Unitário (R\$)	Capital (R\$)	%
ROBERTO ZAGONEL	2.090.932	1,00	2.090.932,00	5,79
RODRIGO ZAGONEL	836.373	1,00	836.373,00	2,32
QUOTAS EM TESOURARIA	33.168.685	1,00	33.168.685,00	91,89
TOTAL	36.095.990		36.095.990,00	100,00

Da Cessão de Quotas

Cláusula Sétima: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

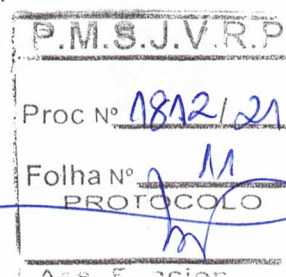
Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/02/2021



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

formalizando, se realizada a sessão delas a Alteração Contratual pertinente. As quotas sociais não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas total ou parcialmente a qualquer título, sem autorização dos demais sócios.

Cláusula Oitava: Em caso de aumento de Capital Social, os cotistas terão preferência para subscrição, em igualdade de condição e na exata proporção das cotas que possuírem no capital social.

Cláusula Nona: Caso um dos sócios queira ceder suas cotas parcial ou totalmente, neste último caso, retirando-se da sociedade, a esta deverá comunicar por escrito sua decisão, com antecedência de 60 (sessenta) dias, mencionando o preço estipulado, e as condições de pagamento, a fim de que os demais sócios possam, a partir da data de recebimento da comunicação, exercer, em igualdade de condições, o direito de preferência na aquisição das cotas do sócio cedente ou retirante.

§ 1º – Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem a manifestação dos cotistas remanescentes, as cotas do sócio cedente ou retirante poderão ser livremente transferidas a terceiros.

§ 2º – Em conformidade e do permitido constante da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), a sociedade poderá, mediante reunião de sócios, aprovar a compra de participações de sua emissão, para manutenção em tesouraria.

Do Retirada ou Falecimento de Sócio

Cláusula Décima: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e ou incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1º – Caso os herdeiros/sucessores não tenham interesse em ingressar na sociedade ou, os sócios remanescentes não os admitir, os haveres do sócio falecido, depois de apurados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 90 (noventa) dias depois de apresentada à sociedade, a autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro Público do Comércio.

§ 2º – O valor das cotas a serem pagas será obtido através de avaliação patrimonial, apurada através de balanço especialmente levantado para tal fim.



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

§ 3º – Ficam facultados, mediante consenso unânime entre os sócios remanescentes, herdeiros/sucessores e sócios cedentes ou retirantes, outras condições de pagamento, desde que, não afetem a situação econômico-financeira da empresa.

§ 4º – Em caso de diminuição do capital, será proporcional e igual para cada cota.

Da Administração da Sociedade

Cláusula Décima Primeira: A sociedade é administrada pelos Sócios Administradores **ROBERTO ZAGONEL** e **RODRIGO ZAGONEL**, ambos já qualificados, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais isoladamente, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos demais sócios. Fica o Administrador aqui designado, dispensado de caução.

§ 1º – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do Exercício Social os Sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

§ 2º - No final do Exercício Social o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo-se elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço do Resultado Econômico.

§ 3º - Os lucros apurados serão distribuídos pelos sócios ou então serão destinados para o futuro aumento de capital. Os prejuízos apurados serão suportados pelos sócios ou permanecerão em reserva, em conta especial, para serem amortizados com lucros futuros.

§ 4º - A Sociedade poderá por unanimidade dos sócios, nomear Administradores não sócios.

§ 5º - É necessária a interveniência dos Sócios que representem no mínimo 60% (sessenta por cento) do capital social para a efetivação e legitimidade das seguintes transações e atos:

- a) Recebimento e outorga de escrituras públicas relativas à aquisição ou alienação de bens imóveis e de direitos a eles relativos.
- b) Aquisição ou Alienação de participações em outras empresas.
- c) Constituição de ônus reais sobre imóveis de propriedade da sociedade.
- d) Contrair Financiamentos e Empréstimos junto a Instituições Financeiras.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/02/2021

P.M.S.J.V.R.P.

Proc Nº 182 / 21

Folha Nº 12
PROTOCOLO

ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Cláusula Décima Segunda: Em casos de ausência, licença ou impedimento temporário, o Administrador poderá constituir mandatários, sócios ou não, com poderes e funções devidamente atribuídas em instrumento próprio. Ocorrendo vacância, afastamento, renúncia ou impedimento, definitivo, deverá de imediato ser convocada Reunião de Cotistas que elegerá o novo Administrador.

Do Pró-Labore

Cláusula Décima Terceira: Os **Sócios Administradores** não percebem remuneração de pró-labore pelos serviços prestados à Sociedade.

Balanços e lucros

Cláusula Décima Quarta: O exercício social coincide com o ano civil e a seu término a sociedade levantará um Balanço Geral de suas atividades para apurar o resultado do período e elaborará as demonstrações financeiras exigidas por Lei. Os Lucros verificados permanecerão à disposição dos sócios para a distribuição ou incorporação ao Capital Social, de forma proporcional ou desproporcional, em conformidade do contido no Artigo 1.007, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil). A sociedade poderá a critério dos seus Sócios, levantar Balanços Intermediários, mensais, trimestrais ou semanais e distribuir lucros ou compensar prejuízos à conta dos referidos Balanços.

Das reuniões dos sócios

Cláusula Décima Quinta: A reunião dos Sócios é o órgão máximo da Sociedade, com as atribuições previstas em Lei e neste Contrato.

§ 1º – A convocação dos sócios para comparecerem nas reuniões será feita por escrito, pelo Administrador, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, onde o mesmo deverá apor o seu ciente, sendo que, na impossibilidade de ser efetuada desta forma, deverá obrigatoriamente ser através de correspondência com aviso de recebimento. A referida convocação conterà a ordem do dia a ser discutida na respectiva reunião.

§ 2º – Dispensam-se as formalidades previstas de convocação, previstas no parágrafo anterior, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 3º – A reunião dos sócios será presidida por um dos sócios nomeados em ata, ou pelo Administrador, sendo o Secretário escolhido entre os sócios presentes.



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

§ 4º – Os sócios poderão fazer-se representar nas Reuniões por procuradores que preencham os requisitos legais.

§ 5º – A reunião instalar-se-á com a presença, em primeira convocação, de sócios quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, e em segunda convocação, com a presença de qualquer número.

§ 6º – Os sócios deverão se reunir em Reunião Ordinária, até o 4º (quarto) mês subsequente ao término do exercício social, em local e hora previamente marcados, para deliberar sobre as contas dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e contábeis; deliberar sobre a destinação do Resultado Líquido do Exercício e demais assuntos constantes da ordem do dia, e em Reunião Extraordinária, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, ou quando convocada pelos sócios, respeitados os procedimentos legais.

§ 7º – Os trabalhos e deliberações da Reunião dos Sócios serão objetos de ata, que será lavrada e levada para registro no órgão competente, ficando a Sociedade dispensada da lavratura e manutenção do “Livro de Reunião dos Sócios”.

§ 8º – Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, poderá votar em matéria que lhe diga respeito diretamente.

§ 9º – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião/assembleia de sócios, os documentos referidos no § 6º deverão ser entregues por escrito ou de forma digital, com meio de prova de recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração da sociedade.

§ 10º – As deliberações sociais tomadas regularmente em reunião ou assembleia de sócios, em conformidade do Contrato Social ou da Lei regente, vinculam todos os sócios, ainda que ausentes da reunião ou assembleia, ou cujos os votos não tenham prevalecido.

§ 11º – A reunião ou assembleia de sócios também poderá ser convocada por qualquer dos sócios quando o(s) administrador(es) retardar(em) a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias nos casos previstos em Lei ou no Contrato; ou por sócios titulares de $\frac{3}{4}$ (três quartos) ou mais do capital social, quando não atendido, no prazo de 8 (oito) dias o pedido de convocação fundamentado, com as indicações das matérias a serem tratadas.

Cláusula Décima Sexta: A Reunião dos Sócios terá competência privada, entre outras fixadas em Lei, para:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

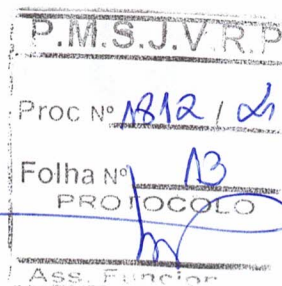
Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/02/2021



ELETRO ZAGONEL LTDA.

CNPJ 81.365.223/0001-54

NIRE 42201170684

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- A. A aprovação das contas da administração;
- B. A modificação do Contrato Social;
- C. A incorporação, a fusão, a cisão, a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- D. A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- E. O pedido de concordata;
- F. Dissolução da Sociedade;
- G. A exclusão de sócio por justa causa;
- H. Resolver os casos omissos no Contrato Social;
- I. Eleição de novo(s) sócio(s) nos cargos de administração da Sociedade;
- J. Fixar a remuneração dos administradores;
- K. A designação de administradores, sócios e não sócios ou quando feita em ato separado;
- L. A destituição dos administradores;
- M. O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato.

Do quórum das deliberações

Cláusula Décima Sétima: Ficam estabelecidos os seguintes quóruns para as deliberações na Reunião dos Sócios:

1. Pelos votos correspondentes a três quartos ($\frac{3}{4}$) do Capital Social votante, no mínimo, nos casos previstos nos itens "A" à "H", da Cláusula Décima Quarta.
2. Pelos votos correspondentes dois terços ($\frac{2}{3}$) do Capital Social votante, no mínimo, nos casos previstos nos itens "I" à "M" da Cláusula Décima Quarta, e nos demais casos previstos em Lei ou no presente Contrato Social que não elejam quórum específico.

Declaração de Desimpedimento

Cláusula Décima Oitava: O(s) administrador(es) e sócios declara(m) sob penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

E, por estarem os sócios de perfeito e comum acordo, firmou-se a presente Alteração Contratual em única via de igual teor e forma, e para um só efeito, indo todas assinadas



ELETRO ZAGONEL LTDA.

**CNPJ 81.365.223/0001-54
NIRE 42201170684**

DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

pelas partes interessadas, depois de lido, achado conforme e confirmado, obrigando-se por si e seus sucessores a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Pinhalzinho, Santa Catarina, em 15 de janeiro de 2021.

Sócios e administradores:

ROBERTO ZAGONEL

CPF sob o nº 575.678.759-34

RODRIGO ZAGONEL

CPF sob o nº 075.418.749-73



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/02/2021





JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



219708967

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ELETRO ZAGONEL LTDA
PROTOCOLO	219708967 - 17/02/2021
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42201170684
CNPJ 81.365.223/0001-54
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2021
SOB N: 20219708967

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20219708967

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 57567875934 - ROBERTO ZAGONEL

Cpf: 07541874973 - RODRIGO ZAGONEL

Cpf: 02042895997 - JOAO BATISTA SCHERNER



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/02/2021

Arquivamento 20219708967 Protocolo 219708967 de 17/02/2021 NIRE 42201170684

Nome da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 533708691809584

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/02/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/02/2021

Procuração

OUTORGANTE: Eletro Zagonel Ltda, inscrita no CNPJ: 81.365.223/0001-54, localizada na BR 282, Km 576, Bairro Industrial Leste, no Município de Pinhalzinho/ SC, com seu ato constitutivo consolidado através da 18ª (décima oitava) alteração contratual, datada em 15/02/2021, registrada na Junta Comercial do estado de Santa Catarina, sob o Protocolo nº 219708967 de 17/02/2021, neste ato representada, nos termos da cláusula décima primeira, por seu sócio administrador Roberto Zagonel, inscrito sob o CPF: 575.678.759-34, CI sob nº 1.839.3425 (SPP/SC), brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, nº 339, Centro, na cidade de Pinhalzinho/SC, CEP: 89.870-000.

OUTORGADOS:

Sra. **Analice Wosniak**, inscrita no RG sob o nº 5.543.400 (SSP/SC) e CPF sob o nº 084.443.869-36, residente e domiciliada na rua Maceió, nº 117, Bairro Pioneiro, CEP: 89.870-000, Pinhalzinho SC;

Sra. **Luize Graciele Giacomolli de Oliveira**, inscrita no RG sob o nº 8.462.656 (SSP/SC), e CPF sob o nº 023.634.420-08, residente e domiciliada na rua Niterói, nº 3050, Apto. 102, Centro, CEP: 89.870-000, Pinhalzinho SC;

Sra. **Nathiey Talita Hohn Faccio**, inscrita no RG sob o nº 2723875-0 (SSP/MT) e CPF sob o nº 060.651.301-92, residente e domiciliada na Rua Niterói, nº 2766, apto 301, Centro, CEP: 89.870-000, Pinhalzinho SC.

Sr. **Jorge Luis Kammler**, inscrito no RG: 2.990.733 (SSP/SC) e CPF sob o nº 000.150.019-89, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, nº 380, Centro, CEP: 89.872-000, Modelo SC;

Sr. **Sidney Nardes**, inscrito no RG: 5.171.373 (SSP/SC) e CPF sob o nº 076.484.509-84, residente e domiciliado na Rua Zelindo Vicari, nº 409, apto 306, Bairro Efacip, CEP: 89.870-000, Pinhalzinho SC;

PODERES: amplos poderes para os outorgados representar a outorgante perante quaisquer repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais e suas Autarquias, Sociedades de Economia mista, Entidades Estatais e Para Estatais, Concessionárias e demais repartições e/ou órgãos públicos e, em quaisquer de seus departamentos ou seções, representar a outorgante nas licitações públicas, com poderes para assinar atas, contratos, e qualquer documento referente aos processos licitatórios, interpor recursos, desistir de sua interposição, formular propostas, lances, negociar preço, apresentar, retirar e assinar papéis e documentos que forem necessários, enfim, praticar todos os atos que forem necessários no decorrer dos processos licitatórios, em todas suas modalidades, inclusive de substabelecer poderes.

Pinhalzinho/SC, 22 de fevereiro de 2021.

Tabelionato de Notas
de Pinhalzinho - SC

Roberto Zagonel
Representante Legal
CPF: 575.678.759-34

49 3366 6000

www.zagonel.com.br

Eletro Zagonel LTDA.

CNPJ: 81.365.223/0001-54

BR 282, KM 576 - Distrito Industrial Pinhal Leste - Pinhalzinho/SC - 89.870-000

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/98232602216317503390>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 98232602216317503390-1
Data: 26/02/2021 10:29:41
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALF58524-N825;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular



Folha Nº 15
PROTOCOLO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021 10:31:12 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE PINHALZINHO
Elony Lourdes Ody - Tabeliã
Av. Brasília, 1203, SI 002, Centro, Pinhalzinho/SC
F: 49.3366.1048 - e-mail: notario@cartoriopzo.com.br



REC. N.º 459732 - Reconhecimento(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de:
(1) ROBERTO ZAGONEL por ELETRO ZAGONEL LTDA
Pinhalzinho/SC, 24 de fevereiro de 2021.

MORGANA KIST - Escrevente Notarial
Emolumentos: R\$ 3,52 + Selo: R\$ 2,82 - Total: R\$ 6,34
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GAY98341-Z7FU
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/98232602216317503390>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 98232602216317503390-2
Data: 26/02/2021 10:29:41
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALF58525-DA34;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021 10:31:12 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ELETRO ZAGONEL LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ELETRO ZAGONEL LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ELETRO ZAGONEL LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/03/2021 11:26:30 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ELETRO ZAGONEL LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 98232602216317503390-1 a 98232602216317503390-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b393645e5b5ccfc57365d8649196ec05a57f5e789fc6d178c781c1c2425247e4a45eb8cb2e3bb952f53fc8d6ff29653053d8a0e750ff4f9b65d2c112a7095d1ce



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

